

64

Pobreza caiu à metade nos anos 70 e analfabetismo recuou, mas participação dos 50% mais pobres na renda nacional caiu de 17,4% para 11,3% de 60 a 72

Um modelo de desigualdade

Apesar do crescimento, distribuição de renda piorou na ditadura. Regime desprezou diagnóstico sobre importância da educação

Flávia Oliveira

No período em que acumulou a mais alta taxa de crescimento econômico do planeta (foram 7,79% ao ano de 1964 a 1980), o Brasil conseguiu reduzir a pobreza à metade e aumentar seu nível de desigualdade de renda. O Estado priorizou investimentos em capital físico (obras de infraestrutura e financiamento ao setor privado), em detrimento da área social, quando mais teve dinheiro.

Nem diagnóstico faltou. Foi em 1971, em plena ditadura, que o economista Carlos Geraldo Langoni concluiu seu doutorado na Univer-

sidade de Chicago e, três anos depois, publicou a tese "As causas do crescimento econômico no Brasil", na qual afirmava que a rentabilidade do investimento em educação era o dobro da proporcionada pelos gastos com máquinas e instalações. Langoni — que nos anos 80 presidiu o Banco Central, com Delfim Netto no Planejamento e Ernani Galveias na Fazenda — antecipava em bom português o sucesso do modelo coreano, até hoje aplaudido:

— O Brasil sofria de subinvestimento em capital humano, fator vital para o crescimento de longo prazo. A modernização tecnológica aumentaria a demanda por trabalhadores qualificados. Havia empregos para os não qualificados, porque o país crescia muito. Mas eles ganhavam cada vez menos.

Teve mais. Em 1973, Langoni pu-

blicou "Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil", um livro que associava a piora na distribuição de renda nos primeiros anos do regime à desigualdade educacional. Hoje, os dois textos são evangelhos para os economistas que estudam os problemas sociais do país. Três décadas atrás, perderam-se em meio ao debate puramente ideológico entre os que seriam contra ou favor da ditadura.

Mínimo perdeu um quarto do valor

• — Economistas de esquerda atribuíam a desigualdade à política salarial do regime. O diagnóstico sobre a importância do investimento em educação, uma unanimidade dos anos 90, não foi valorizado no passado nem pela oposição, nem pelos militares. Preferiu-se a política industrial à educacional — diz o economista Marcelo Neri, da FGV.

Ficou famoso o debate que opôs Langoni ao brasilianista Albert Fish-

low e ao economista Edmar Bacha. A dupla atribuía às reformas econômicas da ditadura o agravamento da distribuição de renda. A despeito do forte crescimento, na década inicial do regime, o salário-mínimo perdeu quase um quarto do valor. O Índice de Gini, importante termômetro da desigualdade, passou de 0,497 em 1960 para 0,622 em 1972. A participação do 1% mais rico na renda nacional saltou de 11,9% para 19,1% nos mesmos 12 anos. Já a parcela da metade mais pobre caiu de 17,4% para 11,3%.

O ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso rejeita a idéia de que os militares não investiram no social. A proporção de pobres, diz, caiu de 68% em 1970 para 35% dez anos depois. O analfabetismo recuou 15 pontos percentuais e a esperança de vida aumentou dez anos entre 1960 e 1980. ■

"O diagnóstico sobre a importância do investimento em educação, uma unanimidade dos anos 90, não foi valorizado no passado nem pelos militares", diz o economista Marcelo Neri,

da FGV